



E-book
Revisão de Véspera
EBSERH – Saúde
Assistente Social



1



2



REVISÃO DE VÉSPERA EBSERH

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE SOCIAL

3



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE SOCIAL

Prof^a. Nilza Ciciliati

4

Política de Seguridade Social no Brasil



- A **Lei Eloy Chaves**, de **1923**, criou as **CAPs**.
- Na década de **1930**, os **IAPs** foram criados para diferentes categorias profissionais.
- Em **1966**, o **INPS** foi criado, unificando os IAPs.



Prof.ª Nilza Ciciliati

5

Modelo de Seguridade Social adotado no Brasil

Sistema híbrido



Financiamento da Seguridade Social

O **artigo 195** da Constituição Federal de 1988 estabelece que a **seguridade social** no Brasil será financiada por toda a sociedade, de forma **direta** e **indireta**, conforme a lei. Portanto, os recursos para a seguridade social virão dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de diversas contribuições sociais.



Prof.ª Nilza Ciciliati

6

Objetivos da Seguridade Social:

- I - Universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - Equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.



Prof.ª Nilza Ciciliati

7

A Saúde na Constituição Federal



As ações e serviços públicos de saúde devem integrar uma **rede regionalizada** e **hierarquizada**, formando um sistema único de saúde (SUS). Esse sistema deve ser organizado com base nas seguintes diretrizes:

- **Descentralização**, com direção única em cada esfera de governo;
- **Atendimento Integral**, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- **Participação da Comunidade**.



Prof.ª Nilza Ciciliati

8

A assistência à saúde é livre à **iniciativa privada**. Instituições privadas podem participar de forma complementar do SUS, seguindo suas diretrizes e mediante

- ✓ contrato de direito público ou
- ✓ convênio.

A **preferência** na **participação complementar** é dada às **entidades filantrópicas e sem fins lucrativos**.

É vedada a destinação de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos, bem como a **participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde**, salvo nos casos previstos em lei.



Prof.ª Nilza Ciciliati

9

OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



A **proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

O amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

A promoção da integração ao mercado de trabalho;

A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

A **vigilância socioassistencial**

Que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

A **defesa de direitos**

Que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

MNEMÔNICO

PRO - VI - DE



Prof.ª Nilza Ciciliati

10

(FGV - 2024) Avalie, com base na Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, se a assistência social tem por objetivos:

- I. A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.
- II. A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.
- III. A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- IV. A vigilância epistemológica, que visa a integrar o capital cultural às políticas de superação das desigualdades no campo social.

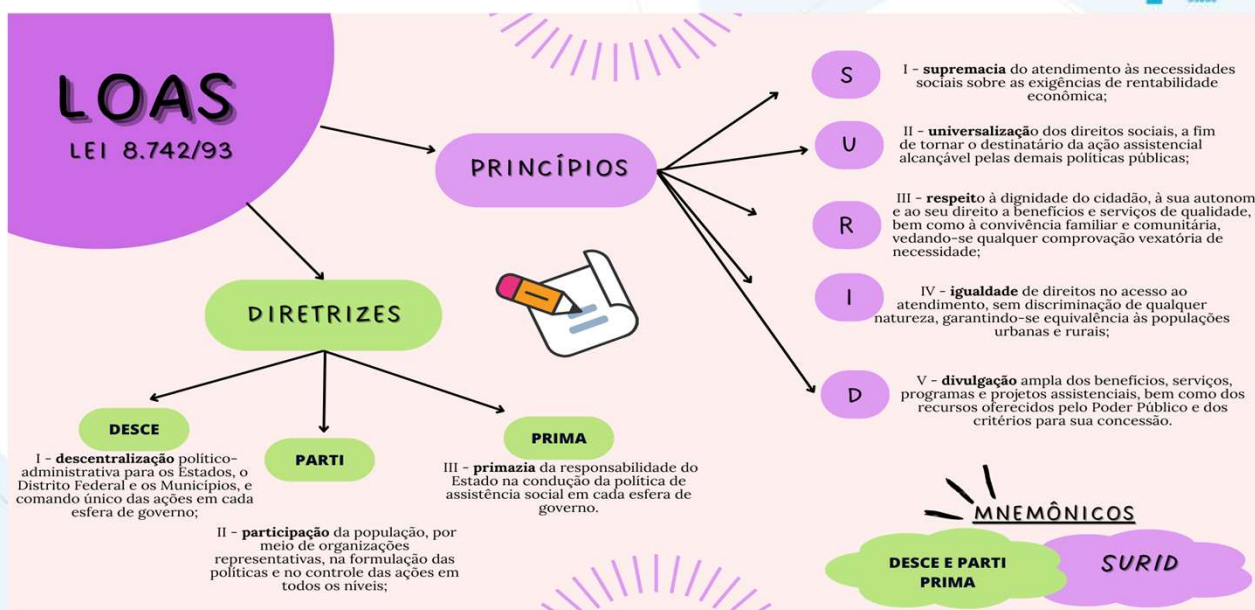
Estão corretos os objetivos

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.



Prof.ª Nilza Ciciliati

11



Prof.ª Nilza Ciciliati

12

(FGV - 2024) Conforme a Lei nº 8.742/1993, a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Avalie se os princípios da assistência social incluem:

- I. Atendimento às necessidades sociais conforme as exigências de rentabilidade econômica.
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III. Seletividade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se atendimento às populações urbanas e rurais

Está correto o que se afirma em

- A) II, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.



Prof.ª Nilza Ciciliati

13

TIPOS DE PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Visa a **prevenir** situações de **vulnerabilidade e risco social** por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Ofertada no **CRAS**: Unidade pública **municipal, de base territorial**, localizada em áreas com maiores índices de **vulnerabilidade e risco social**



São ofertadas pela **Rede Socioassistencial** de forma **integrada**

Pelos **entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de Assistência Social** vinculadas ao **SUAS**

O **CRAS** e o **CREAS** devem oferecer espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a **acessibilidade**

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Média
Complexidade

Alta
Complexidade

Tem por objetivo contribuir para a **reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições** e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos

Ofertada no **CREAS**: Unidade pública de abrangência e **gestão, municipal, estadual ou regional**, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situações de **risco pessoal ou social, por violação de direitos** ou contingência, que demandam **intervenções especializadas**



Prof.ª Nilza Ciciliati

14

(FGV - 2024) Lúcia foi contratada para atuar em uma unidade da política de assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ao consultar a Lei nº 8.742/1993, ela identificou que irá trabalhar em uma unidade de:

- A) Proteção Social Básica;
- B) Proteção Social Especial;
- C) Vigilância Socioassistencial;
- D) Cadastro Único;
- E) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.



Prof.ª Nilza Ciciliati

15

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC

Concedido à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais

cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo.

FLEXIBILIZAÇÃO PARA ATÉ 1/2 SALÁRIO-MÍNIMO PER CAPITA, CONSIDERANDO:

o grau da deficiência, a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária; o comprometimento do orçamento do núcleo familiar **exclusivamente** com gastos médicos, com tratamentos de saúde

com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo SUS, **desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida.**

NÃO SERÃO COMPUTADOS NA RENDA

Estágio supervisionado e de aprendizagem (até o limite de 2 anos);
Auxílio financeiro **temporário** ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens;
BPC OU benefício previdenciário até 1 salário mínimo.

NÃO PODE SER ACUMULADO

Com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, **salvo:**
- Os da assistência médica;
- Pensão especial de natureza indenizatória;
- De transferência de renda.

Revisão: a cada 2 anos;

Cessaçã: quando forem superadas as condições que lhe deram origem ou em caso de morte do beneficiário. **Não impede nova concessão do benefício;**

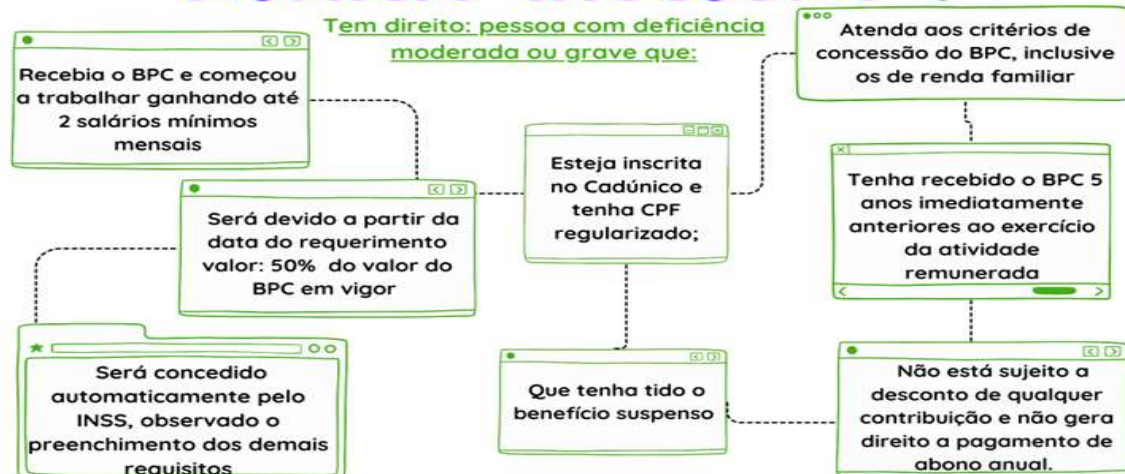
Cancelamento: quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.



Prof.ª Nilza Ciciliati

16

AUXÍLIO INCLUSÃO



Prof.ª Nilza Ciciliati

17

(FGV - 2024) João, pessoa com deficiência física de natureza motora, vive com o pai, a mãe e três irmãos solteiros, sendo todos maiores de 21 anos. Apesar de receber uma pensão especial de natureza indenizatória, no valor de um salário mínimo, tendo a família a renda mensal total de três salários mínimos, requereu a fruição do benefício de prestação continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, sob o argumento de não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O requerimento, no entanto, foi denegado, sob o argumento de não terem sido preenchidos os requisitos legais. João, no entanto, ficou irredimido com o indeferimento, pois o benefício deveria ser concedido em razão:

- I. do grau de sua deficiência;
- II. de sua dependência de terceiros; e
- III. do comprometimento de parte do orçamento familiar com gastos médicos não supridos pelo SUS.



Prof.ª Nilza Ciciliati

18

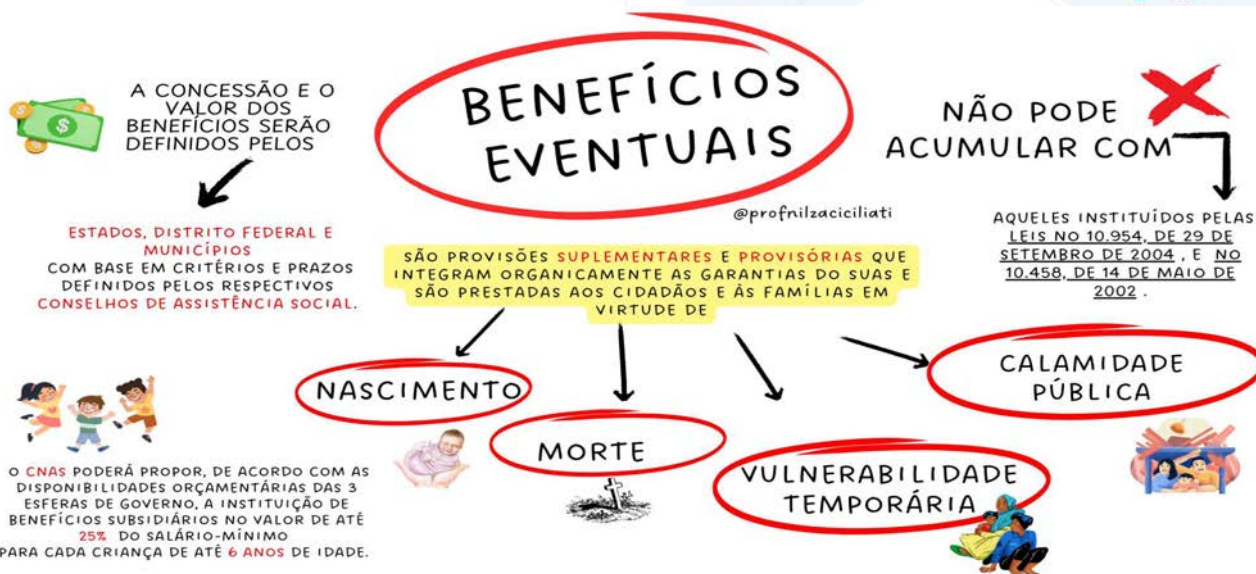
À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 8.742/1993, é correto afirmar que João:

- A) não é elegível para o recebimento do benefício, por receber uma pensão especial de natureza indenizatória;
- B) não é elegível para o recebimento do benefício, considerando que a renda familiar mensal per capita é superior a um quarto do salário mínimo;
- C) é elegível para o recebimento do benefício, sendo que apenas o argumento apresentado em II pode ser utilizado para contornar o óbice apresentado pelo valor da renda familiar per capita;
- D) é elegível para o recebimento do benefício, sendo que apenas os argumentos apresentados em I e II podem ser utilizados para contornar o óbice apresentado pelo valor da renda familiar per capita;
- E) é elegível para o recebimento do benefício, pois os argumentos apresentados em I, II e III podem ser utilizados para contornar o óbice apresentado pelo valor da renda familiar per capita.



Prof.ª Nilza Ciciliati

19



Prof.ª Nilza Ciciliati

20

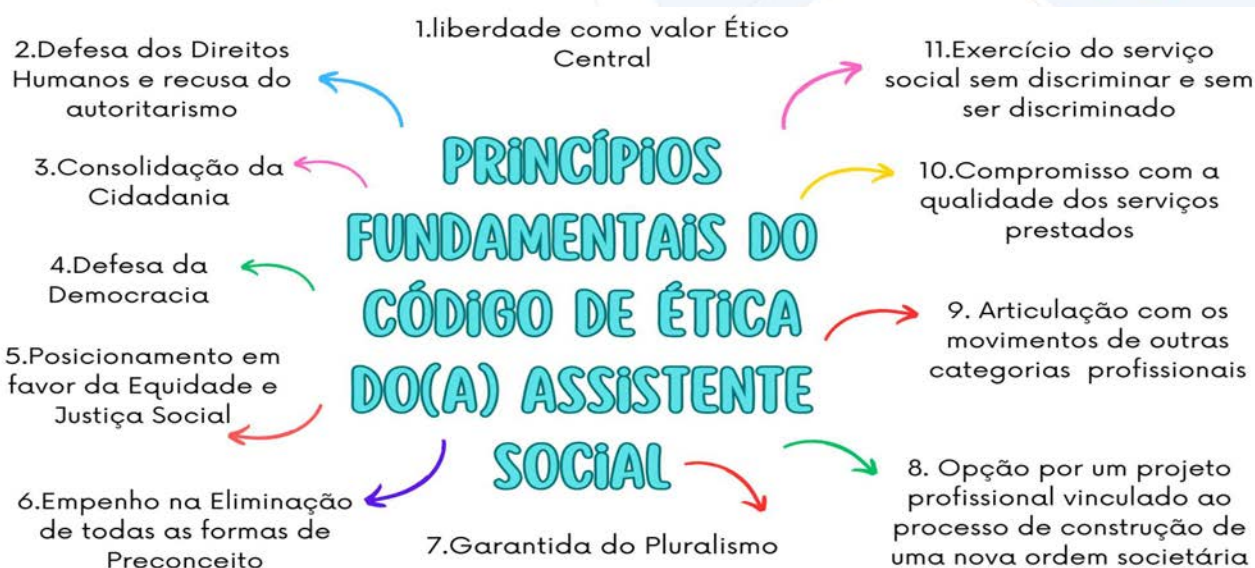
(FGV - 2024) Os moradores do bairro de Patos apresentam relatos de perdas ocasionadas pela cheia do rio que corta o bairro. De acordo com relatos, a enchente produziu inúmeros desastres, levando o prefeito da cidade a decretar estado de calamidade pública. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social, as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e são prestadas aos cidadãos em casos de calamidade pública são entendidas como benefícios:

- A) de transferência de renda;
- B) suplementares;
- C) eventuais;
- D) de prestação de serviços;
- E) regionais.



Prof.ª Nilza Ciciliati

21



Prof.ª Nilza Ciciliati

22

(FGV – 2023) Um dos princípios de nosso Código de Ética é o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Neste sentido, com base em seu compromisso ético no ambiente de trabalho, o Assistente Social deve manter, entre outras, as seguintes condutas, à exceção de uma. Assinale-a.

- A. Desconsiderar o respeito às diversas identidades heteronormativas e suas formas de expressão afetiva e sexual.
- B. Exercer a profissão sem discriminar alguém por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.
- C. Contribuir para o fortalecimento de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração de classe, etnia ou gênero.
- D. Posicionar-se em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
- E. Defender de forma intransigente os direitos humanos e recusar o arbítrio e o autoritarismo.



Prof.ª Nilza Ciciliati

23

garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;

livre exercício das atividades inerentes à Profissão;

participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;

inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;



DIREITOS DO ASSISTENTE SOCIAL



liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;

aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;

pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;

ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;



Prof.ª Nilza Ciciliati

24

(FGV – 2023) Considerando o Código de Ética Profissional do Assistente Social, avalie se os direitos do Assistente Social incluem: I. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional. II. Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. III. Ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções. Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.



Prof.ª Nilza Ciciliati

25

desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;



abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

DEVERES DO ASSISTENTE SOCIAL

utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.



Prof.ª Nilza Ciciliati

26

(FGV – 2022) O Art. 2º, inciso h, do Código de Ética Profissional do Assistente Social "assegura ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo o profissional obrigado a prestar serviços incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções". Caso seja convocado a colaborar no atendimento a vítimas de enchentes e deslizamentos, o assistente social deve:

- (A) atender à convocação, uma vez que tal ato constitui dever do assistente social;
- (B) atender à convocação, desde que publicada nominalmente em Diário Oficial;
- (C) recusar a convocação, uma vez que a secretaria de governo responsável dispõe de profissionais habilitados para tal;
- (D) recusar a convocação, uma vez que é vedado ao assistente social assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado;
- (E) atender à convocação por dever humanitário, uma vez que essa é a essência do Serviço Social.



Prof.ª Nilza Ciciliati

27



Fique atento(a) no art. 15, pois o sigilo profissional é um "direito" e **não um "dever"**.

Fique atento(a) também nos casos em que **o sigilo é admissível!**

Art. 18 A quebra do sigilo **só é admissível** quando se tratarem de **situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.**

Parágrafo único A revelação será feita dentro do **estritamente necessário**, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.



Prof.ª Nilza Ciciliati

28

(FGV – 2024) O atual código de ética profissional dos assistentes sociais estabelece o sigilo profissional como um direito do assistente social que protegerá o usuário em tudo aquilo de que tome conhecimento como decorrência do exercício profissional. A quebra do sigilo é admissível apenas

- A) quando o assistente social testemunhar em juízo, em ação referente a um usuário por ele atendido.
- B) quando o assistente social atua como perito judicial.
- C) quando o assistente social atua em situações que envolvem crianças e adolescentes.
- D) em situações cuja gravidade possa trazer prejuízo financeiros ao usuário, a terceiros e à coletividade.
- E) em situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.



Prof.ª Nilza Ciciliati

29

Professora Nilza Ciciliati



@profnilzaciliati



t.me/profnilzaciliati

Cargo atual:

- Assistente social, servidora pública federal há 14 anos e professora de Serviço Social para concursos públicos.

Formação:

- Graduada em Serviço Social pela UNIGRAN - MS;
- Pós-graduada em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social pela PUC-PR;
- Pós-graduada em Neurociência aplicada à aprendizagem pela Faculdade Integrada Instituto Souza;
- Pós-graduada em Direito Previdenciário pela Faculdade Internacional Signorelli - RJ.

Aprovações:

- Aprovada para o cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social no INSS (cargo atual);
- Aprovada para o cargo de Técnico do Seguro Social - INSS (2012).
- Aprovada para o cargo de Técnico Administrativo do IFMS (2009), entre outras aprovações para cargos de nível estadual e municipal.

30



OBRIGADA!

Prof^a. Nilza Ciciliati

31



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:
ASSISTENTE SOCIAL**

Prof^a. Anna Valéria

32

PREMONIÇÃO



Apostas Finais

- ☐ Lei nº 8.662/93;
- ☐ ECA;
- ☐ FHTM;
- ☐ Principais Resoluções do CFESS;
- ☐ PNAS.

Revisão de véspera - EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

33



HORA DE PRATICAR!

(FGV – 2024) A lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e estabelece sua regulamentação, determina as competências do assistente social e as atribuições privativas do assistente social. Considerando o texto legal, “a realização de “estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” constitui:

- A) uma especialidade que requer titulação acadêmica.
- B) uma das atribuições privativas dos assistentes sociais que pertencem aos quadros do Poder Judiciário.
- C) uma das competências do Assistente Social.

Revisão de véspera - EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

34



HORA DE
PRATICAR!

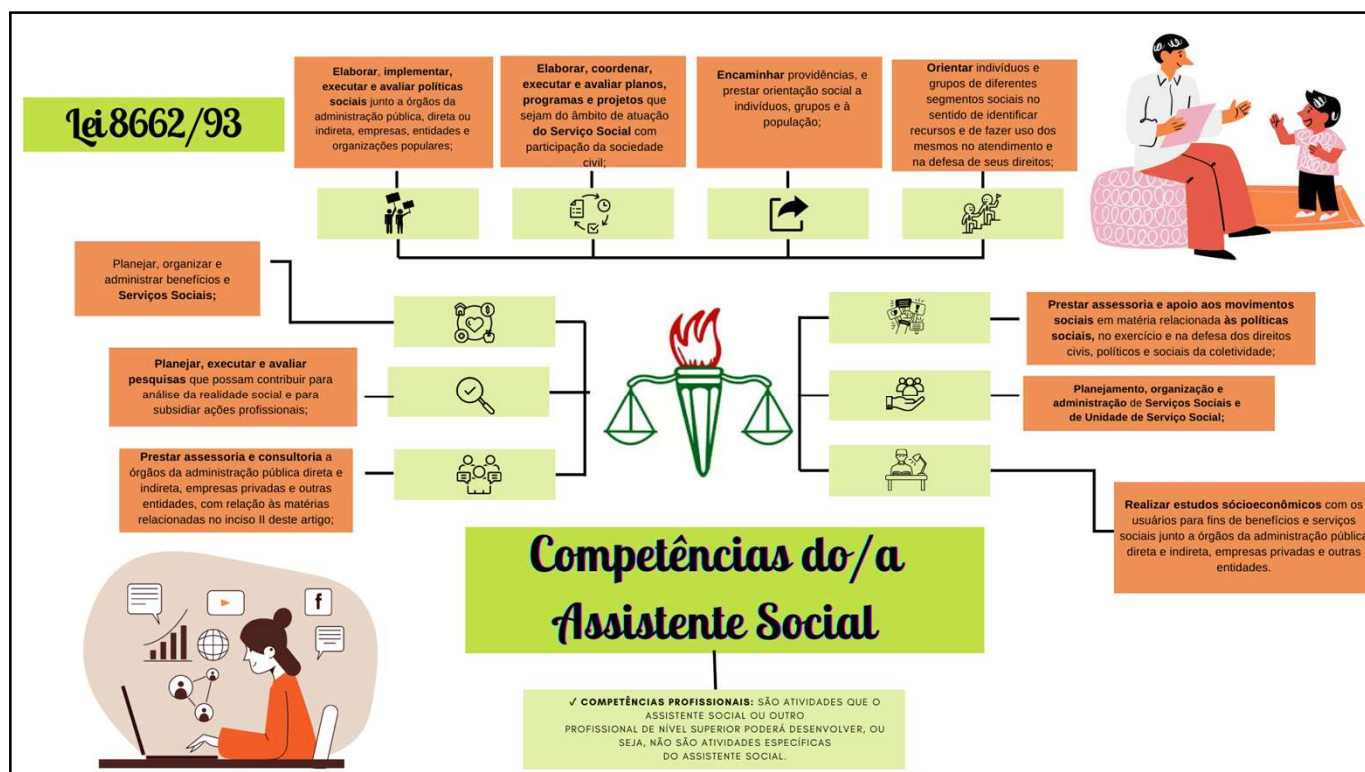
(FGV – 2024) A lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de assistente social e estabelece sua regulamentação, determina as competências do assistente social e as atribuições privativas do assistente social. Considerando o texto legal, “a realização de “estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” constitui:

D) atribuição privativa de todos os profissionais que possuem formação na área de ciências sociais aplicadas.

E) atribuição exclusiva dos assistentes sociais que pertencem aos quadros do Ministério Público.



MAPA MENTAL



37

HORA DE PRATICAR!

Estratégia Saúde

(FGV – 2024) A assistência social rege-se pelos seguintes princípios, à exceção de um, que está errado. Assinale-o.

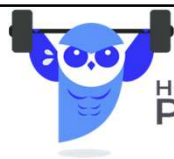
A) Supremacia do atendimento às exigências de rentabilidade econômica sobre as necessidades sociais.

B) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

C) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

38



HORA DE
PRATICAR!

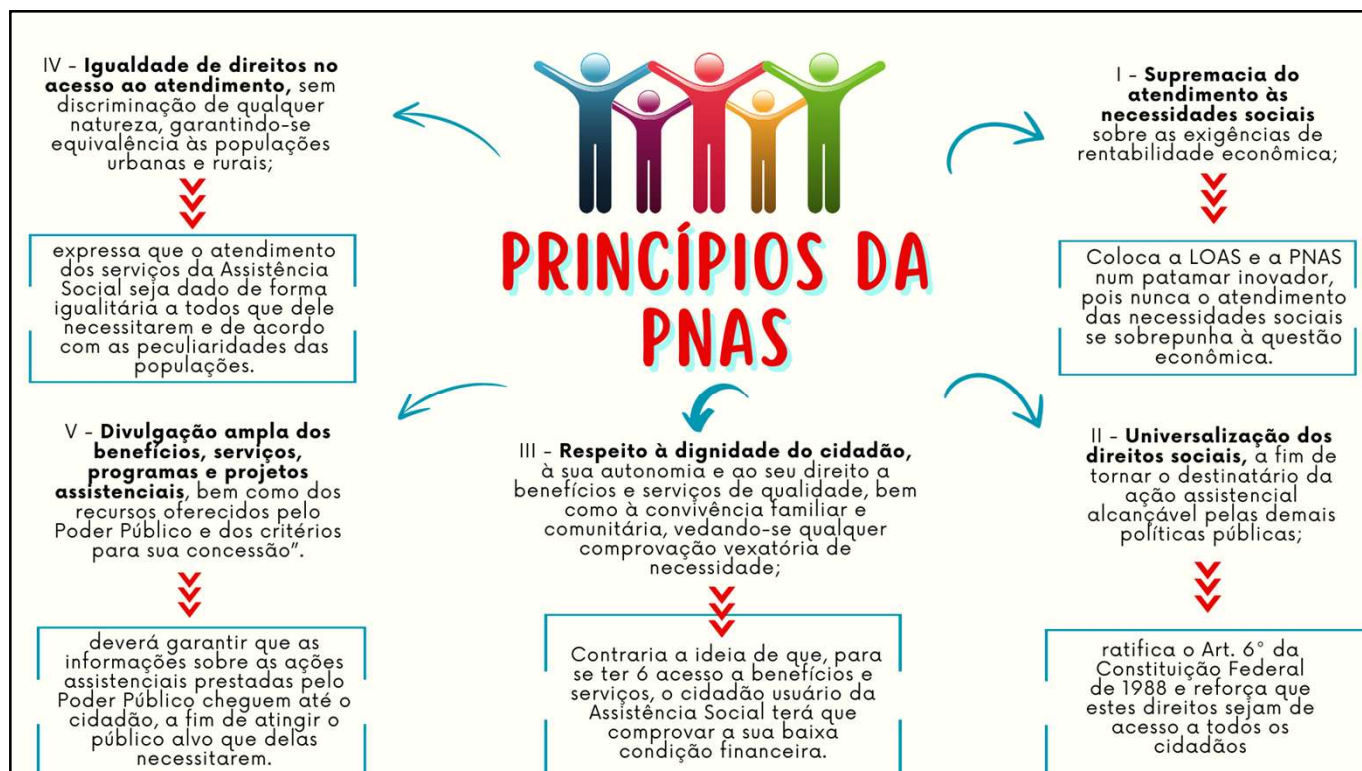
(FGV – 2024) A assistência social rege-se pelos seguintes princípios, à exceção de um, que está errado. Assinale-o.

D) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais

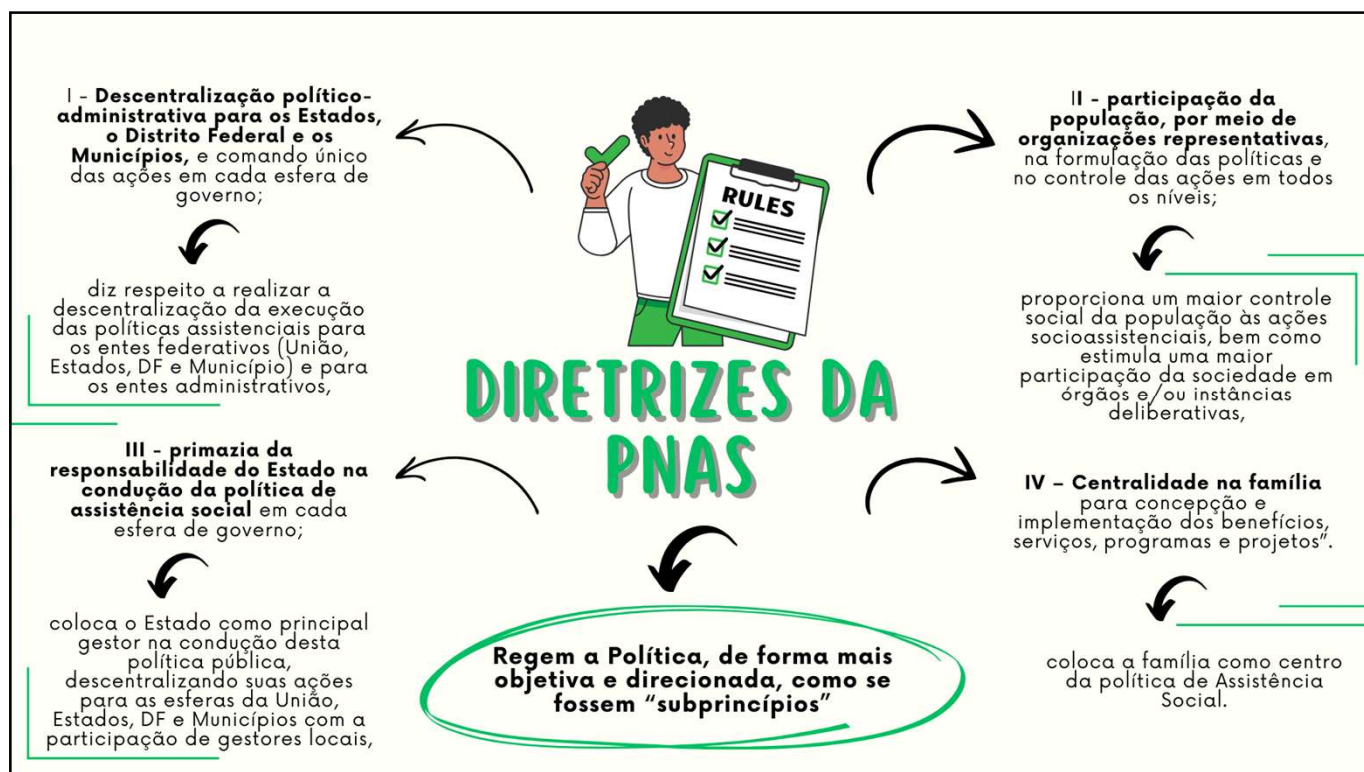
E) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

39



40



41

HORA DE PRATICAR!

(FGV – 2024) A adolescente Leandra encontra-se em uma entidade responsável por programa de acolhimento institucional. De acordo com o ECA, imediatamente após o acolhimento, essa instituição deverá, sob a responsabilidade da equipe técnica, elaborar um plano individual de atendimento, do qual deverá constar:

- A) o diagnóstico psicossocial
- B) o relatório de desenvolvimento escolar, se houver
- C) os compromissos assumidos pelos pais ou responsável
- D) o prontuário com as infrações cometidas pelo adolescente
- E) o parecer do Conselho Tutelar justificando a necessidade de acolhimento.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

42



HORA DE
PRATICAR!

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: § 6º - Constarão do plano individual, dentre outros:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e

III - a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade



HORA DE
PRATICAR!

(FGV - 2022) Mãe com quatro filhos pequenos, desprovida de qualquer fonte de renda regular, é denunciada ao Conselho Tutelar por negligência, supostamente porque está violando o dever de sustento estabelecido pelo ECA em seu artigo 22. O Conselho Tutelar deverá adotar o seguinte procedimento:

A. verificada a situação, deverá notificar o caso ao Ministério Público, recomendando abertura de procedimento para perda do poder familiar

B. verificada a situação, deverá solicitar ao juiz o afastamento das crianças do lar e seu encaminhamento a entidade de abrigo

C. verificada a situação e comprovada a carência extrema de recursos e a inexistência de motivos outros, deverá imediatamente incluir a família em programa de auxílio

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade



HORA DE
PRATICAR!

D. comprovada a denúncia, deverá emitir relatório circunstanciado ao juiz da Vara da Infância e Juventude

E. verificada a situação e comprovada a negligência, deverá aplicar medida de advertência, conforme o Art. 129 do ECA.



HORA DE
PRATICAR!

(FGV - 2022) A assistente social Beatriz está tomando posse no seu primeiro emprego – uma organização não governamental. Foi-lhe destinada uma sala para atendimento contígua àquela destinada ao trabalho dos administradores da instituição, separada somente por uma divisória de fórmica, que não chega até o teto. Dessa maneira, todo o atendimento realizado por Beatriz pode ser ouvido pelos funcionários administrativos: De acordo com a Resolução CFESS nº 493/2006, Beatriz deve, inicialmente:

A) informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação

B) certificar-se de que os usuários estão realmente sendo prejudicados em seu direito ao sigilo, pois poderá ser demitida se fizer uma denúncia falsa



HORA DE
PRATICAR!

C) informar por escrito a instituição sobre as inadequações por ela constatadas, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados

D) fazer uma denúncia à Cofi nacional, pois, nessa instância, a sua identidade será resguardada da instituição empregadora

E) apelar ao Conselho Pleno do CRESS, que decidirá sobre a adoção de medidas cabíveis, objetivando a adequação das condições éticas, técnicas e físicas.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

47



48



HORA DE
PRATICAR!

(FGV - 2022) De acordo com a Resolução CFESS nº 557/2009, o assistente social, ao atuar em equipe multiprofissional e participar da elaboração, emissão e/ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de Serviço Social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações, deve:

A) emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para a qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no CRESS.

B) expressar a demanda institucional em seu documento, debatendo com os demais profissionais a necessidade desta orientação, a fim de reforçar o laudo conjunto.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade



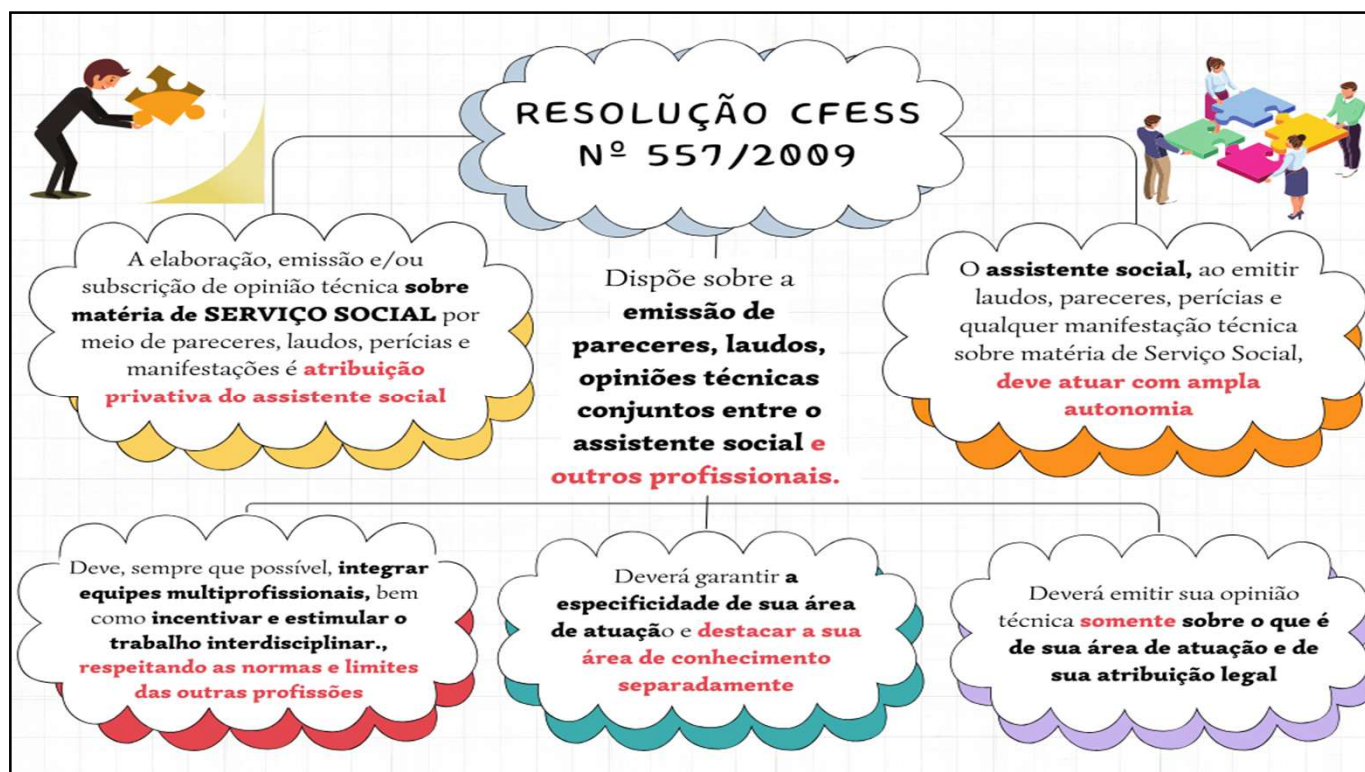
HORA DE
PRATICAR!

C) após discussão conjunta, exarar sua opinião em conjunto com os outros profissionais da equipe a partir de um único parecer no qual as avaliações estarão interligadas, mas não necessariamente manifestadas em separado.

D) exigir que cada profissional manifeste seu entendimento sobre a situação em separado, a fim de explicitar que a concepção sobre determinado assunto/situação pode divergir na equipe.

E) colher elementos que possam subsidiar os outros profissionais na averiguação dos fatos à luz da realidade social na qual a situação em análise ocorreu.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade



51



HORA DE PRATICAR!



Estratégia Saúde

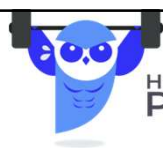
(FGV - 2024) O núcleo central do debate brasileiro contemporâneo sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro se estrutura a partir de um determinado modo de entender a profissão, à luz da Teoria Social Crítica, no âmbito das relações sociais constitutivas da ordem capitalista, consideradas as particularidades de sua condição periférica e que supõe, dentre outras proposições, uma abordagem da história:

A) tendo como eixo estruturante a narrativa que expressa interesses antagônicos, observando-se uma inclinação no sentido do consenso entre as classes.

B) a partir do conservadorismo que estruturou a gênese da profissão, cujos enunciados ratificaram a proposta crítica emanada no processo de intenção de ruptura profissional.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

52



HORA DE
PRATICAR!



C) a partir das classes sociais e de suas lutas, das diversas manifestações da “questão social” e as suas estratégias de enfrentamento, no âmbito privilegiado da intervenção profissional.

D) que considere a profissão como uma construção histórica e contextualizada, situando-se nos processos de reprodução social da sociedade capitalista, cujo objetivo precípuo é cooperar com a coesão social.

E) que elenca fortes marcas de fundamentos doutrinários, positivistas, conservadores, superados absolutamente do âmbito da profissão desde a apresentação do projeto ético-político.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

53



HORA DE
PRATICAR!



(FGV-2024) Teodoro trabalha com a alocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas, tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, ao receber indivíduos que buscam adotar crianças ou adolescentes, seu trabalho profissional dirige-se prioritariamente para a:

A) necessidade institucional de conseguir adotantes para as crianças mais velhas e mais difíceis de se adotar;

B) eficiência dos critérios de elegibilidade, verificando a disponibilidade institucional;

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade

54



HORA DE
PRATICAR!

- C) classificação de pretendentes por idade, renda bruta e estado civil para estabelecer melhores condições de cuidado;
- D) viabilização da adoção internacional, proporcionando maiores oportunidades para crianças abandonadas;
- E) compatibilização das capacidades e características dos adotantes com as necessidades das crianças ou adolescentes.



HORA DE
PRATICAR!

(FGV-2023) Jennifer, por intermédio de seu advogado, protocoliza petição perante a Vara da Infância e da Juventude, comunicando ao juízo que deseja realizar a entrega de seu filho em adoção à Andréa, tia materna da criança, que não é habilitada à adoção. A criança e a tia possuem fortes vínculos de afinidade e afetividade, além de convivência quase diária. O Ministério Público requer a realização de estudo social e psicológico. Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que a hipótese narrada:

- A) consiste na entrega voluntária da criança em adoção para a sua tia materna, na forma prevista pelo Art. 19-A do ECA;



HORA DE
PRATICAR!

- B) exige a prévia habilitação à adoção por parte da tia materna, caso haja interesse em perfilhar o seu sobrinho;
- C) configura modalidade de adoção que encontra fundamento no Art. 50, §13, II, do ECA;
- D) não encontra fundamento legal, na medida em que a entrega voluntária se destina à adoção por pessoa ou casal habilitado perante o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA);
- E) torna obrigatório o encaminhamento da genitora à rede pública de saúde e de assistência social para atendimento especializado, independentemente da sua vontade.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade



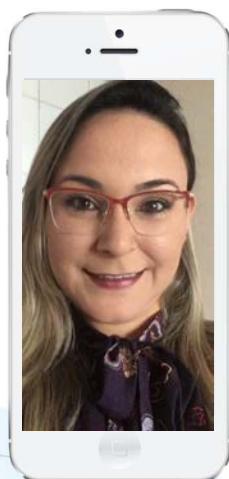
HORA DE
PRATICAR!

Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

§ 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:

II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade.

Revisão de véspera – EBSERH
Profa. Anna Valéria Andrade



Profª. Anna Valéria Andrade



@annavalériaandrade

59

59



OBRIGADA!

Profª. Anna Valéria

60

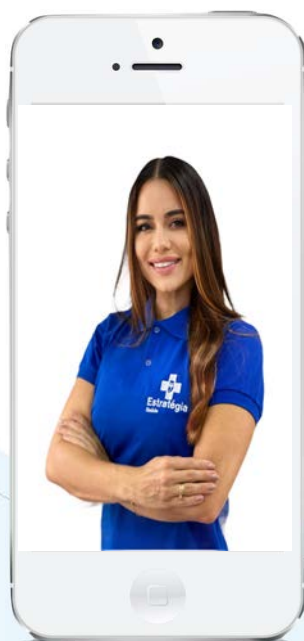


CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE SOCIAL

Prof^a. Coimbra Almeida

61

Prof. Coimbra Almeida



@profcoimbraalmeida

62



APOSTAS FINAIS

Prof^a. Coimbra Almeida

63



ANÁLISE INSTITUCIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Prof^a. Coimbra Almeida

64



ANÁLISE INSTITUCIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A partir da renovação do Serviço Social e do Movimento de Reconceitualização na América Latina, levantou-se uma crítica à atuação do Serviço Social tradicional e do papel das organizações e entidades de assistência social

Todo o questionamento da prática profissional do Serviço Social nas instituições advém das avaliações críticas feitas no Movimento de Reconceitualização, que se identifica com a aproximação e incorporação da teoria marxista no Serviço Social.

O debate contemporâneo reconhece as políticas sociais e as instituições sendo um reflexo da relação de forças entre as classes sociais, porém formula propostas para que o Serviço Social possa atender melhor as demandas da classe trabalhadora, mesmo na vigência dessa contradição.

Profª. Coimbra Almeida

65

Instituições como palco de lutas de classes



Bisneto (2011) pondera que **as instituições não são meras formas organizativas e operacionais da sociedade**, são também **aparelhos econômicos, políticos ou ideológicos**, que podem conduzir à **exploração**, à **dominação** e à **mistificação**.

Por isso, **os aparelhos organizativos são considerados "palcos de luta de classes"**, no qual **seus agentes defendem os seus próprios interesses**.

Profª. Coimbra Almeida

66

Reflexões importantes sobre a análise das instituições:

1. **Exploração e Dominação:** As instituições podem ser usadas para explorar e dominar grupos sociais;
2. **Mediações Políticas e Ideológicas:** As instituições atuam como intermediárias entre indivíduos e o poder político. Elas influenciam a formulação de políticas, na implementação de leis e na tomada de decisões;
3. **Luta de Classes:** A noção de “palco de luta de classes” destaca como os interesses de diferentes grupos colidem nas instituições. Essa luta pode ser aberta ou sutil, **mas está sempre presente;**
4. **Análise Histórica e Estrutural:** Ao examinar o desenvolvimento e a evolução das instituições, podemos identificar padrões, mudanças e continuidades.

Profª. Coimbra Almeida

67



TFGV - 2024 - Analista Judiciário (TRF 1ª Região)/Apoio Especializado/Serviço Social exto 1

“A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais.”

(Iamamoto, 2008, p.19)

Com base no texto 1, no que diz respeito ao Serviço Social na contemporaneidade, Iamamoto (2008) analisa a conjuntura e examina as transformações ocorridas no mercado de trabalho profissional. Essas transformações, contudo, mantêm o assistente social na condição de trabalhador assalariado.

Isso implica que, ainda que disponha de autonomia ética e técnica no exercício de suas funções, o assistente social é chamado a desempenhar sua função:

- A) atribuindo uma identidade profissional única aos seus processos de trabalho;
- B) dentro de um processo de trabalho próprio e exclusivo do assistente social;
- C) em um processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições sociais dadas;
- D) determinando o seu processo de trabalho de acordo com o campo de atuação profissional;
- E) por um tempo de trabalho social médio que permite o estabelecimento de processos de trabalho.

68



Gabarito: C

O texto de lamamoto (2000, p. 19) afirma que o **quadro sócio-histórico não é um mero pano de fundo** para a discussão do trabalho profissional, mas sim **um elemento que o atravessa e conforma, afetando as condições e relações de trabalho do assistente social e a vida da população usuária.**

lamamoto (2000) aprofunda essa ideia, argumentando que o **Serviço Social**, embora regulamentado como profissão liberal, **se realiza como trabalho assalariado, inserido em processos de trabalho organizados pelas entidades empregadoras.**

A autora enfatiza que o **assistente social não trabalha isoladamente**, mas como **parte de um trabalho coletivo**, em conjunto com outras especialidades.

69



A: atribuindo uma identidade profissional única aos seus processos de trabalho.

ERRADA. lamamoto (2000) **não defende uma identidade profissional única** para todos os processos de trabalho. A autora reconhece a **diversidade de contextos e a complexidade do trabalho do assistente social.**

B: determinando o seu processo de trabalho de acordo com o campo de atuação profissional.

ERRADA. lamamoto (2000) enfatiza que o assistente social atua em **processos de trabalho coletivos**, organizados pela instituição empregadora, e **não em um processo de trabalho próprio e exclusivo.**

D: determinando o seu processo de trabalho de acordo com o campo de atuação profissional.

ERRADA. **Ignora a influência das condições sociais e das entidades empregadoras** na organização do trabalho do assistente social.

E: por um tempo de trabalho social médio que permite o estabelecimento de processos de trabalho.

ERRADA. Embora lamamoto (2008) mencione o tempo de trabalho, **não captura a essência da argumentação de lamamoto.**

70



(Inédita) - Bisneto (2011) pondera que as instituições não são meras formas organizativas e operacionais da sociedade, são também:

- A) um local de emancipação dos sujeitos sociais
- B) ambientes de convergência de ideias
- C) aparelhos econômicos, políticos ou ideológicos, que podem conduzir à exploração, à dominação e à mistificação.
- D) aparelhos político ideológicos que podem conduzir à dominação e emancipação dos sujeitos sociais
- E) palco de lutas sociais, no qual a classe operária possui destaque

71



Gabarito: C

Comentário: O comentário da alternativa correta, por si só, elimina as demais alternativas. Vejamos:

Bisneto (2011) pondera que **as instituições não são meras formas organizativas e operacionais da sociedade**, são também **aparelhos econômicos, políticos ou ideológicos**, que podem conduzir à **exploração**, à **dominação** e à **mistificação**.

Por isso, **os aparelhos organizativos são considerados "palcos de luta de classes"**, no qual **seus agentes defendem os seus próprios interesses**, que muitas vezes, **podem não aparecer nitidamente**, mas estão inseridos em suas mediações políticas e ideológicas. Por isso a importância de se fazer uma **análise histórica e estrutural das instituições**.

72



INSTÂNCIAS ECONÔMICA, POLÍTICA E IDEOLÓGICA DAS INSTITUIÇÕES

Profª. Coimbra Almeida

73

Instâncias econômica, política e ideológica das instituições



FIQUE
ATENTO!

A **instância econômica** abrange as relações sociais em torno da transformação da natureza, dos bens materiais, dos objetos concretos. É o lugar da produção, dos bens, o lugar social do **ter**;

A **instância política** abarca as relações sociais que organizam os homens na sociedade, nas instituições ou em práticas cotidianas. É o lugar da organização, das leis, regras, associações, o lugar social do **poder**;

A **instância ideológica** envolve as relações sociais que dão um significado à vida humana. Abrange as representações sociais e individuais, as ideologias, a cultura, o simbólico, a linguagem, a identidade pessoal. É o lugar da significação, das ideias, o lugar social do **saber**.

Profª. Coimbra Almeida

74

Instâncias econômica, política e ideológica das instituições



FIQUE ATENTO!

As instâncias econômica, política e ideológica podem ser:

- **Instância determinante:** aquela que é condição de existência social, determinante em última instância;
- **Instância dominante:** aquela que é condição de reprodução social, instância determinante mais imediata;
- **Instância decisiva:** aquela que é condição de transformação social, instância revolucionária.

Profª. Coimbra Almeida

75

Instâncias econômica, política e ideológica das instituições



FIQUE ATENTO!

Na análise das instituições utiliza-se também o conceito de **transversalidade** quando a instituição apresenta ora a dominância de uma instância, ora de outra, ou ainda, **quando não se consegue perceber qual das três instâncias é a dominante**. Casos como esse podem ocorrer em instituições como a família, a sexualidade, a saúde, etc.

Profª. Coimbra Almeida

76



VEJA COMO
COBRAM NA
PROVA

(Inédita) Bisneto (2011) vai trazer à discussão a existência das superestruturas nas instituições, denominadas de instâncias, são elas:

- A) instância econômica; instância política e instância ideológica
- B) instância econômica; instância política e instância cultural
- C) instância democrática; instância política e instância ideológica
- D) instância econômica; instância política e instância social
- E) instância econômica; instância ético política e instância ideológica

Profª. Coimbra Almeida

77



VEJA COMO
COBRAM NA
PROVA

Gabarito: A

Comentário Bisneto (2011) vai trazer à discussão a existência das superestruturas político-jurídica e ideológica que contribui para a reprodução social do modo de produção econômico, umas reforçando as outras. São elas:

A **instância econômica** abrange as relações sociais em torno da transformação da natureza, dos bens materiais, dos objetos concretos. É o lugar da produção, dos bens, o lugar social do ter.

A **instância política** abarca as relações sociais que organizam os homens na sociedade, nas instituições ou em práticas cotidianas. É o lugar da organização, das leis, regras, associações, o lugar social do poder.

A **instância ideológica** envolve as relações sociais que dão um significado à vida humana. Abrange as representações sociais e individuais, as ideologias, a cultura, o simbólico, a linguagem, a identidade pessoal. É o lugar da significação, das ideias, o lugar social do saber.

Demais alternativas:

Nas demais alternativas foi feito um trocadilho de palavras que não se encontram na análise do autor.

Profª. Coimbra Almeida

78



NÍVEIS ORGANIZACIONAL, INSTITUCIONAL E SOCIAL

Profª. Coimbra Almeida

79

Níveis organizacional, institucional e social

Estratégia
Saúde

Cuidado! Instituição não se confunde com organização!



As organizações são conjunto de meios concretos para se atingir fins institucionais. Não separar o nível organizacional do nível institucional acaba levando a uma atuação profissional do assistente social baseada nos meios e na racionalidade, sem questionar os fins vigentes e abdicando-se de uma perspectiva crítica.

Profª. Coimbra Almeida

80

Níveis organizacional, institucional e social



ENTENDA
A

DIFERENÇA

NÍVEL	ESCOPO	OBJETO
Organizacional	racionalidade	meios, recursos
Institucional	legitimidade	fins, objetivos
Social	historicidade	lutas de classes

Profª. Coimbra Almeida

81

Articulação das estratégias de trabalho nos três níveis: organizacional, institucional e social.

No **nível organizacional**, o assistente social atua dentro da estrutura da instituição ou organização em que está inserido. Aqui, ele utiliza técnicas e métodos específicos para lidar com questões práticas, como atendimento direto aos usuários, elaboração de relatórios, encaminhamentos, entre outros;

No **nível institucional**, o foco se amplia para além da organização específica. O assistente social considera o contexto mais amplo em que a instituição está inserida. Ele deve articular as ações da organização com os objetivos e políticas públicas mais abrangentes;

O **nível social** é o mais amplo e abstrato. Aqui, o assistente social considera as relações de poder, as desigualdades e as lutas de classes presentes na sociedade. Ele deve problematizar as práticas institucionais, questionando se elas perpetuam ou combatem essas desigualdades.

Profª. Coimbra Almeida

82

Articulação das estratégias de trabalho nos três níveis: organizacional, institucional e social.

Estratégia
Saúde



Profª. Coimbra Almeida

83



ELEMENTOS DA ANÁLISE INSTITUCIONAL: OBJETO, PRODUTO E INSTRUMENTAL

Profª. Coimbra Almeida

84

Elementos da análise institucional: objeto, produto e instrumental

O **objeto** de uma organização é um determinado tipo de recurso de que a organização se apropria, que deve ser transformado para obtenção de um determinado produto;

O **produto** é o resultado do processo de transformações a que o objeto da prática é submetido ao longo da prática institucional. O produto é o oposto do objeto e reflete as finalidades da prática institucional;

O **instrumental** é o conjunto de técnicas ou ferramentas concretas, teóricas ou metodológicas necessárias para operar a transformação do objeto em produto. São utilizados no momento da intervenção profissional.

Profª. Coimbra Almeida

85

Elementos da análise institucional: objeto, produto e instrumental

A prática do Serviço Social é variada e complexa. O **objeto**, o **produto** e **instrumental** serão determinados de acordo com a área de atuação e do contexto histórico e social.

O trabalho do assistente social é concretizado por meio de um **processo de trabalho** que envolve **três elementos fundamentais**:

- **Objeto ou Matéria Prima:** Refere-se ao foco da intervenção profissional. No caso do Serviço Social, o objeto é a questão social;
- **Meios de Trabalho:** São os instrumentos, técnicas e recursos utilizados pelo assistente social para transformar a realidade;
- **Atividade do Sujeito:** É o próprio trabalho realizado pelo assistente social, direcionado por uma finalidade específica.

Profª. Coimbra Almeida

86



(Inédita) A finalidade de uma análise institucional é reconhecer os sujeitos e objetos das relações sociais. Essa análise é realizada considerando:

- A) objeto da prática
- B) Objetivos, métodos e conclusão
- C) meios e fins
- D) o produto da prática e o instrumenta
- E) objeto da prática, o produto da prática e o instrumental.

Profª. Coimbra Almeida

87



Gabarito: E

Comentário: A finalidade de uma análise institucional é reconhecer os sujeitos e objetos das relações sociais. Essa análise é realizada considerando o objeto da prática, o produto da prática e o instrumental.

O **objeto** de uma organização é um determinado tipo de recurso de que a organização se apropria, que deve ser transformado para obtenção de um determinado produto.

O **produto** é o resultado do processo de transformações a que o objeto da prática é submetido ao longo da prática institucional. O produto é o oposto do objeto e reflete as finalidades da prática institucional.

O **instrumental** é o conjunto de técnicas ou ferramentas concretas, teóricas ou metodológicas necessárias para operar a transformação do objeto em produto. São utilizados no momento da intervenção profissional.

Demais alternativas:

Conforme explicitado no texto, as demais alternativas estão incorretas.

Profª. Coimbra Almeida

88



A INTERDISCIPLINARIDADE E A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

Profª. Coimbra Almeida

89



A interdisciplinaridade e a intersectorialidade como estratégias de trabalho

1. Interdisciplinaridade:

- A interdisciplinaridade envolve a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento;
- No contexto do Serviço Social, significa trabalhar em conjunto com profissionais de outras disciplinas (como psicólogos, médicos, educadores etc.) para abordar questões sociais complexas;
- O assistente social pode partilhar informações necessárias para análise, trocar experiências e construir soluções mais abrangentes e efetivas ao considerar múltiplas perspectivas.

Profª. Coimbra Almeida

90

A interdisciplinaridade e a intersetorialidade como estratégias de trabalho

1. Intersectorialidade:

- A intersectorialidade refere-se à articulação entre diferentes setores ou políticas públicas;
- No âmbito da Assistência Social, ela ganha força como estratégia ético-política e técnico-operativa;
- Significa que o assistente social deve colaborar com outros órgãos e instituições (saúde, educação, habitação etc.) para atender às necessidades dos usuários de forma integrada;
- Por exemplo, ao trabalhar com uma família em situação de vulnerabilidade, o assistente social pode articular o acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, promovendo a integralidade do atendimento.

Profª. Coimbra Almeida

91



Instituto AOCP - 2021 - Assistente Social em Saúde (Prof João Pessoa) Sobre a Interdisciplinaridade e a Multidisciplinaridade na área da saúde, assinale a alternativa correta.

- A) Interdisciplinaridade refere-se à superioridade de conhecimento técnico operativo, o fazer profissional.
- B) Multidisciplinaridade refere-se à solidariedade do conhecimento e à preocupação do profissional em contribuir com o usuário.
- C) Interdisciplinaridade são ações conjuntas, integradas e inter-relacionadas, de profissionais de diferentes procedências, nas quais, se fomenta a superação da fragmentação do conhecimento, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada área profissional.
- D) Multidisciplinaridade refere-se ao conjunto de profissionais que permanecem com suas práticas individuais, mas que realizam por fim a interdisciplinaridade.
- E) Interdisciplinaridade é a inserção de profissionais das diversas áreas do conhecimento nas instituições de saúde.

Profª. Coimbra Almeida

92



Gabarito: C

O trecho do artigo da professora Raichelis(2009)complementa nosso gabarito:

o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas.

- a) Interdisciplinaridade refere-se à ~~superioridade de conhecimento técnico-operativo~~, o fazer profissional.(E)
- b) Multidisciplinaridade refere-se à ~~solidariedade do conhecimento e à preocupação do profissional em contribuir com o usuário.~~(E)
- d) Multidisciplinaridade refere-se ao conjunto de profissionais que permanecem com suas práticas individuais, ~~mas que realizam por fim a interdisciplinariedade.~~(E)
- e)) ~~Interdisciplinaridade é a inserção de profissionais das diversas áreas do conhecimento nas instituições de saúde.~~(E)

Profª. Coimbra Almeida



RECURSOS INSTITUCIONAIS E COMUNITÁRIOS

Profª. Coimbra Almeida

Recursos institucionais e comunitários

O projeto de trabalho profissional na instituição tem como elemento constitutivo **fazer a identificação institucional**, respondendo as seguintes perguntas:

- Que tipo de instituição é?
- Pública ou privada?
- Qual é a sua finalidade?
- Como se organiza? Que recursos usa na sua manutenção?
- Como se estabelecem as relações de poder?
- Por que requisitou o assistente social?
- Em que medida presta serviços à população?
- Quais são as necessidades sociais da população que se propõe a atender e de que forma?



Profª. Coimbra Almeida

95

Recursos institucionais e comunitários

Além disso, é necessário:

- reconhecer quem são os cidadãos usuários desse serviço;
- reconhecer as demais intervenções profissionais que compartilham e/ou disputam o espaço com o Serviço Social;
- identificar o espaço dentro da realidade social onde o trabalho se inscreve;
- clarificar quais são os pressupostos teóricos

No processo de planejamento, é essencial a **identificação de recursos humanos, físicos e materiais** a serem mobilizados para a sua realização.



Profª. Coimbra Almeida

96

Recursos institucionais e comunitários

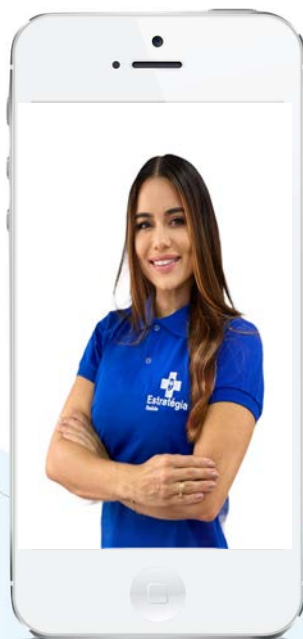


Em relação aos **recursos comunitários**, uma das finalidades do trabalho dos assistentes sociais é desenvolver atividades que proporcionem o **estudo da realidade da comunidade**, de forma a caracterizar as necessidades, bem como os recursos existentes.

Profª. Coimbra Almeida

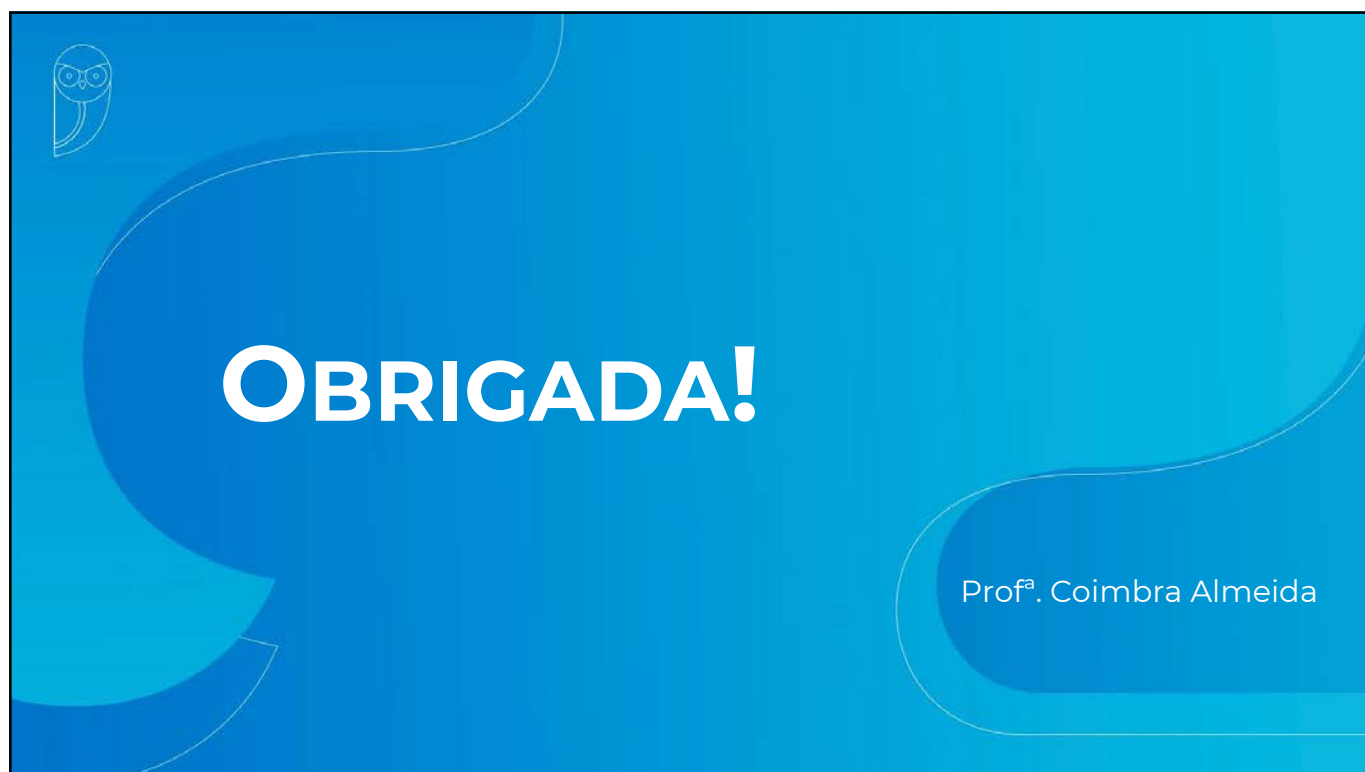
97

Prof. Coimbra Almeida



@profcoimbraalmeida

98



99



100

